

#### 4.

### **EDUCAÇÃO PARA TODOS: A TRAJETÓRIA DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE TUCURUÍ – PARÁ**

Neste capítulo, abordarei um pouco da história da Escola de Educação Especial Professora Hilda Vieira, atualmente denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Odinéa Leite Caminha, pois ela foi o meu objeto de estudo por tratar-se de uma situação, considerada incomum, no processo de inclusão. A referida escola, após inúmeras tentativas frustradas, empreendida pelos seus segmentos, para incluir alunos especiais no ensino regular, decidiu dar o primeiro passo rumo à educação para todos.

Na perspectiva de realizar um trabalho educacional que atendesse a todos os alunos, independente de serem ou não deficientes, a equipe escolar tomou a iniciativa de ofertar matrícula aos alunos que comumente buscavam as escolas de ensino regular para início ou prosseguimento de estudos. Essa iniciativa, embora limitada e gradativa, tinha como propósito a realização de um trabalho capaz de mostrar, para os profissionais que atuavam no processo educativo nas demais unidades de ensino do município, que é possível atender a alunos com e sem necessidades educacionais especiais em um mesmo espaço escolar, oferecendo-lhes educação de qualidade, desde que haja, tanto por parte dos professores quanto por parte da administração escolar, a cumplicidade para a realização de um trabalho diversificado, dinâmico e socializador. Para isso, a comunidade escolar envidou esforços no sentido de planejar ações diversas que possibilitassem o alcance do objetivo maior que seria a educação de qualidade para todos.

A história de luta empreendida pelos profissionais de educação que atuam ou atuaram na escola Odinéa durante todo o percurso desses anos no sentido de garantir o trabalho desenvolvido com os alunos do ensino especial e ensino regular no mesmo espaço escolar, buscando alternativas diferenciadas de atendimento e sem perder o foco da atenção voltada aos alunos que necessitam de atendimento especial, foi um dos motivos que me impulsionou a realizar este estudo de caso com o objetivo de analisar o processo de inclusão como uma ação que não pode ser executada de forma isolada ou representar o desejo de uma

minoria. Ainda sobre o assunto, é importante registrar a fala de uma professora que vivenciou todo o processo:

*Eu já estava cansada de encaminhar alunos para o ensino regular e receber como resposta que o caso dos deficientes era problema da educação especial, por isso, embora temerosa, gostei da idéia de juntar os alunos do ensino regular com os nossos alunos especiais. Não sei se o espírito foi de integração ou de inclusão o que eu sei mesmo é que eles chegaram se misturaram e estão aqui até hoje. Acho que foi uma boa. Deu muito trabalho logo no início, mas agora tudo acontece naturalmente. (P.4)*

Para Lima (2006, p.21):

A proposta de inclusão de todos como participantes da produção social, cultural e econômica enfatiza a igualdade concreta entre os sujeitos, com o reconhecimento das diferenças no aspecto físico, psicológico e cultural. A diversidade não se opõe à igualdade. A desigualdade socialmente construída é que se opõe à igualdade, pois supõe que uns valem menos do que os outros. O enfrentamento e a superação dessa contradição são tarefas cotidianas em uma proposta de Educação Inclusiva.

Conforme explicitado por Lima (2006), para que a proposta de educação inclusiva seja efetivada, de fato, é necessário um trabalho cotidiano e contínuo de superação de contradições em relação à percepção da oposição existente entre igualdade e diversidade. O ser humano é único, pensa e age por si mesmo e isso promove as divergências e as diversidades nas interações, porém não impede ou gera necessariamente a desigualdade e a discriminação. O que ocasiona a desigualdade é, sem dúvida, a suposição de maior ou menor valia que se constrói no seio da própria sociedade.

A escola, através de seus segmentos (professores, funcionários, pais e alunos) ao perceber que todos os esforços empreendidos na perspectiva de integrar/incluir os alunos de educação especial na rede de ensino regular não estavam surtindo o efeito desejado, mesmo tendo o acompanhamento dos profissionais que atuavam no ensino especial (professores itinerantes) e, considerando que os alunos recebidos pelo ensino regular retornavam à escola especial alegando falta de assistência dos profissionais de educação que atuavam no trabalho educativo do ensino regular, empreendeu uma luta cooperativa e solidária na perspectiva de dar o primeiro passo para a construção de uma escola onde estudassem alunos com necessidades educacionais especiais e alunos do ensino regular. Essa iniciativa, considerada nesta tese como o processo de inclusão de forma inversa, permanece funcionando até hoje na unidade de ensino municipal Odinéa Leite Caminha.

#### **4.1. A Escola Odinéa Leite Caminha**

A Escola Municipal de Ensino Especial Odinéa Leite Caminha foi inaugurada em dezembro de 1994 sendo que, em abril de 1996, pelo Projeto de Lei Nº. 003/96 de 29/04/1996 foi denominada de Escola Municipal Odinéa Leite Caminha, conforme especificado em seu artigo 1º: “A escola Municipal de Ensino Especial passa a se chamar Escola Municipal Professora Odinéa Leite Caminha”. O projeto de Lei foi aprovado no dia 02/05/1996 pelo Parecer nº. 14/96 e no dia 13/05/1996 foi sancionado pelo Prefeito Municipal.

Essa instituição obteve do Conselho Estadual de Educação do Pará autorização para funcionar com atendimento de alunos de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, através da Resolução nº. 253/03 – CEE/PA. Atualmente, a Escola trabalha com duas estruturas curriculares, considerando que somente em 2009 iniciou a implantação do ensino fundamental de nove anos, cuja aprovação se deu por meio da Resolução nº. 073 de 05/02/2010 do Conselho Estadual de Educação do Pará. Essa mudança faz com que a escola ainda conserve em seu quadro discente as turmas de 3ª e 4ª séries funcionando com a estrutura curricular de oito anos.

Situada no município de Tucuruí, fica localizada na Avenida Veridiano Cardoso S/N, na extensão urbana e periférica do município, funcionando em dois turnos de trabalho. Atende a alunos, desde a educação infantil a 4ª série do ensino fundamental, bem como a alunos com necessidades educacionais especiais.

A Escola tem como objetivo principal:

Atender alunos com necessidades educacionais especiais e alunos do ensino regular, na perspectiva de desenvolver paralelamente um trabalho inclusivo, de modo a contribuir, como agência facilitadora, para a integração e a reintegração dos alunos PNEEs na rede oficial de ensino. Tendo como proposta promover uma educação de qualidade, buscando oferecê-la à comunidade através de um ambiente criativo, inovador, organizado e integrador. (Projeto Político Pedagógico – PPP, 2010, p.4)

Fig. 1 - Hall de Entrada da Escola



Fonte: Foto de arquivo da Escola - 2009.

Na elaboração de seu Plano de Desenvolvimento – P.D.E., a escola estabeleceu como valores: (a) qualidade da educação pública municipal; (b) equidade de igualdade e oportunidades para todos; (c) ética como elemento formador da cidadania e (d) solidariedade como mola propulsora na formação do cidadão.

Na construção desses valores, a escola tem como missão: Fortalecer o trabalho educativo, focado no aluno, garantindo a sua inclusão social e educacional, o acesso, e a permanência, com vistas à elevação do conhecimento e da formação cidadã. (PDE, 2010, p.1).

O trabalho educativo busca o alcance dos seguintes objetivos declarados:

- Melhorar o desempenho de seus alunos e a atuação de seus diferentes segmentos.
- Modernizar a gestão escolar com vistas a construir uma administração democrática.
- Assegurar as condições mínimas de funcionamento da escola, para obtenção do bem estar de todos.

Para isso, a escola estabeleceu como visão de futuro: “Ser uma escola que busca a qualidade na educação pública municipal, garantindo igualdade de oportunidades aos educandos, contribuindo para a formação cidadã, através de ações éticas e solidárias.” (PDE, 2010, p.1)

Segundo documento fornecido pela escola, e verificado através de observações, o espaço físico está constituído de 17 salas de aula das quais 04 são consideradas inadequadas para funcionamento de classes regulares, em virtude de possuir espaço físico muito pequeno para o desempenho das atividades escolares. Além das salas de aula, possui: uma sala para direção e secretaria (espaço conjugado), uma sala de professores e funcionários, uma sala de coordenação pedagógica, uma biblioteca e sala de leitura (espaço conjugado), um laboratório de informática, um quiosque, uma sala de almoxarifado, um depósito para armazenamento de material de limpeza, uma dispensa, um refeitório, uma cozinha, uma área de serviço, um sanitário para professores e funcionários e seis sanitários para alunos (TUCURUÍ, 2009).

Segundo informações da administração, a maioria dos espaços físicos existentes na escola é considerada pequena para o desempenho das atividades educativas planejadas e necessárias. No caso das salas de aula, 4 delas estão abaixo do mínimo desejado não permitindo atendimento em grupos maiores que seis ou oito alunos, daí porque essas salas são destinadas ao atendimento de ações específicas como atendimento ao aluno surdo ou com perda auditiva, ao aluno cego ou com baixa visão e ao assessoramento pedagógico aos alunos inclusos no contra turno de seu horário regular de aula. Para efeito de registro, foi considerado espaço pequeno o espaço físico onde a atividade é desenvolvida de forma limitada sem permitir vivências de movimentações amplas e confortáveis; espaço razoável aquele que possibilita o desempenho das atividades escolares, porém restringe a oportunidade de execução de algumas ações mais socializadoras e integrativas; espaço conjugado local em que funciona mais de um setor/serviço separado apenas por mobiliário (TUCURUÍ, 2009).

Apesar do prédio destinado ao funcionamento da escola ter sido construído para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, essa prioridade não foi considerada no ato da construção, pois o prédio não possibilita a acessibilidade a todas as crianças e as adaptações feitas não atenderam às especificidades dos alunos que estudam atualmente na escola. Outro aspecto negativo é a localização da escola às margens do segmento de uma rodovia, cujo barulho contribui para dispersar a atenção das crianças e comprometer a realização de um trabalho educativo de melhor qualidade. O fluxo de veículos é ininterrupto, o que exige do poder público a presença contínua de guarda de

trânsito em frente à escola, visando minimizar possíveis acidentes com alunos e pais que precisam estar em constante contato com a escola, além da poluição sonora ocasionada pelo barulho das idas e vindas dos veículos.

A escola é administrada por uma pedagoga concursada para a função de diretor escolar e que antes desempenhava, na mesma escola, a função de supervisora educacional; tem o assessoramento de dois profissionais de educação que atuam como supervisores educacionais. A equipe técnica da escola não dispõe de orientador educacional, psicólogo, assistente social nem de fonoaudiólogo. Quando há necessidade dos serviços desses profissionais, eles são solicitados e enviados pela Secretaria Municipal de Educação através da Coordenação de Inclusão que atende a todas as escolas que pertencem à Rede Municipal de Educação desde as escolas de educação infantil até as de quinta a oitava séries.

A escola dispõe de um quadro composto por 28 professores atuando nos dois turnos, com exceção de dois professores, cuja carga horária disponível para a escola é apenas de um turno de trabalho; desses, cinco atuam exclusivamente com educação especial, dois trabalham com educação especial e ensino regular e três são profissionais de educação física, sendo que apenas dois desempenham suas atividades no ensino especial e regular e o outro só atende ao ensino regular, 14 atuam diretamente em sala de aula regular com alunos inclusos, dois trabalham com oficina e dois no atendimento de inglês e artes. O pessoal de apoio operacional são 26 que, como os demais profissionais, atuam em dois turnos escolares.

Quadro 8 - Demonstrativo de Professores por Modalidade de Atendimento

Atuação	Nº. Professores	Série/Modalidade	C. H	Turno
Ed. Especial	05	Pront. /Alfabet.	40	02
Ed.Esp. /Ens.Reg.	02	1ª à 4ª séries	40	02
Ed. Física	02	1ª à 4ª séries	40	02
Ed. Física	01	Ens. Especial	40	02
Ed. Inclusiva	02	1ª à 4ª séries	20	01
Ed. Inclusiva	14	1ª à 4ª séries	40	02
Oficina	02	Ens. Reg. /Esp.	40	02
Prof. Inglês	01	1ª à 4ª séries	40	02
Prof. Artes	01	1ª à 4ª séries	40	02

Fonte: Tucuruí, 2010 - Secretaria da Escola Odinéa.

O número de alunos atualmente existentes na escola (matrícula inicial 2010) é de um total de 883 sendo 459 no turno da manhã e 424 no turno da tarde. Esses alunos são atendidos em sala de aula do ensino regular ou salas especiais por quatorze docentes em cada turno nas salas regulares e cinco em salas especiais e 34 não docentes<sup>1</sup> sendo 18 no turno da manhã e 16 no turno da tarde.

Quadro 9 – Demonstrativo de matrícula por turno, docente e não docente.

Turno	Nº. de Alunos	Nº. de Docentes	Nº. de não Docentes
Manhã	459	14	18
Tarde	424	14	16
Total	883	15 <sup>2</sup>	34

Fonte: Tucuruí (2010) Secretaria da Escola

A escola apresenta o seguinte quadro de pessoal: um diretor, dois supervisores, uma secretária, três auxiliares de secretaria e de informática, 28 professores, nove zeladores, quatro merendeiras, dois motoristas, dois auxiliares de biblioteca, dois inspetores de aluno e um apoio operacional de horta, conforme quadro 10 a seguir. Do quadro de pessoal existente, apenas a equipe de apoio possui o ensino fundamental, os demais componentes possuem habilitação em nível superior.

Quadro 10 – Quadro funcional da Escola

Cargo/ função	Quantidade
Diretor	01
Supervisor	02
Secretária	01
Aux. De Séc. E Informat.	03
Aux. De Biblioteca	02
Professor (a)	28
Zelador	09
Merendeira	04
Motorista	02
Insp. De Alunos	02

<sup>1</sup>Denominação atribuída aos profissionais que não atuam dentro de sala de aula (diretor, coordenador pedagógico, supervisor de aluno, secretário, merendeira, vigia, bibliotecária, escriturário, professor em desvio de função).

<sup>2</sup>Existem no quadro docente treze professores com jornada de dois períodos e dois professores com jornada de um só período, cada professor de um período atua em um turno diferente o que justifica o total de 15 profissionais.

Apoio Horta	01
Total	55

Fonte: Tucuruí, 2010 e Secretaria da Escola.

O quadro de profissionais docentes da Escola Odinéa Leite Caminha, é semelhante aos existentes nas demais escolas que trabalham com alunos de 1ª a 4ª séries, isto é, constituído em sua maioria por professoras. Dos vinte e oito docentes, apenas cinco são do sexo masculino. Quanto aos demais funcionários que integram o quadro escolar, a maioria é de mulheres sendo que nos setores administrativos a incidência maior de pessoas mais jovens enquanto no quadro de apoio operacional (zeladores, merendeira, motoristas, inspetores) os profissionais se situam em faixa etária mais elevada.

Fig. 2 - Quadro docente da Escola – Ano 2009.



Fonte: Foto de arquivo da Escola

Durante o período da pesquisa, foi possível observar que existe um relacionamento amistoso entre todos os funcionários e professores o que torna o trabalho desenvolvido na escola mais prazeroso. Tanto os professores quanto os funcionários têm livre acesso às dependências da escola e não foi observado nenhum tipo de norma burocrática para se conseguir falar com a administração ou serviço de assessoramento da escola. Foi percebida, entre os componentes da

equipe escolar, uma preocupação em ajudar o colega, querer partilhar experiências, trocar idéias.

Em se tratando de escola pública, a população atendida, é proveniente de classe média baixa e em muitos casos absoluto estado de pobreza. Em relação à infraestrutura familiar, parte significativa dos alunos é oriunda de famílias de pais separados, mães solteiras, crianças criadas por avós, tendo a família as mais diversas formas de sobrevivência: profissionais liberais, vendedores ambulantes, funcionários públicos, pescadores, agricultores, empregadas domésticas, desempregados sobrevivendo exclusivamente dos recursos do programa Bolsa Família. A expectativa de algumas famílias é tão restrita quanto a sua forma de vida, que a refeição oferecida pela escola se constitui para alguns alunos, a única refeição do dia e, muitas vezes, um dos objetivos de sua vinda para a escola. (P.P.P. Escola Odinéa Leite Caminha, 2009/2010)

Quadro 11 - Situação socioeconômica das famílias dos alunos.

Série	Nº. Alunos	Sem Salário	Até um Salário	Até dois Salários	Até três Salários	Acima de três Salários
Ed. Esp.	78	18	39	15	04	02
1º Ano	151	16	87	29	12	07
2º Ano	125	25	77	18	04	01
3º Ano	224	18	146	42	15	03
3ª Série	165	09	107	41	06	02
4ª Série	140	12	82	34	07	05
Total	883	98	538	179	48	20

Fonte: TUCURUÍ, 2010 – Secretaria da Escola.

Analisando os dados registrados no quadro 11, é fácil identificar que 11% das famílias não desfrutam sequer de um salário mínimo para sua sobrevivência, enquanto a grande maioria consegue sobreviver com, no máximo um salário mínimo, sendo que apenas 20% conseguem atingir um teto salarial máximo de até dois salários mínimos. Essa informação confirma o nível de pobreza especificada no projeto pedagógico da escola e justifica, em muitos casos, a curiosidade dos alunos quanto à merenda escolar. É importante ressaltar que os alunos que estudam na escola são oriundos de diferentes bairros do município sendo que a grande maioria reside nos bairros que ficam às proximidades da unidade de ensino.

Sobre a situação socioeconômica dos alunos, o depoimento de uma funcionária responsável pela distribuição da merenda caracteriza bem o problema:

*Sabe, professora, o que mais me incomoda no meu trabalho é quando o aluno quer repetir a merenda por mais de uma vez e nem sempre nós podemos fazer isso. É difícil eles entenderem que se um come muito o colega dele vai ficar com fome porque não vai sobrar merenda para ele. A merenda as vezes é a única comida do dia deles. A maioria aqui, professora é muito pobre. A senhora sabe: Santa Mônica, São Francisco, Liberdade, Jardim Mariluci, só pobreza. Aqui, a merenda é toda medida e pesada conforme o número de alunos presentes na sala. Só colocamos a quota dos professores e funcionários porque eles merendam depois dos alunos, a diretora fala que é para que os alunos e os pais vejam que a merenda é boa, pelo menos é bem feita. (F-3)*

Sobre o mesmo tema, na entrevista de uma professora que trabalha com educação inclusiva, quando abordou o nível de relacionamento existente entre os professores e os alunos, fez a seguinte colocação:

*Olhe, professora, se nós não tivéssemos muito apego a esses alunos, sinceramente eu não sei o que seria deles. A maioria aqui tem aquela família que a senhora sabe. Muitas vezes se dana a ter filho só por causa da bolsa escola, não cuida de nenhum, mas na hora de receber o dinheiro ta lá na fila do banco. Também esse governo, é tanta bolsa que esse povo acaba ficando vadio. Já teve pai aqui na minha sala que falou na minha cara: “Trabalhar pra quê? O governo garante o chibé da molecada”. (P-6)*

Pode ser observada, através da fala da funcionária, a importância da merenda escolar como base alimentar de muitas crianças que freqüentam a escola. Na realidade, o objetivo da merenda como complementação alimentar, se torna frágil diante da necessidade de uma clientela cuja única alimentação do dia talvez seja a merenda servida na escola. Essa situação nos reporta a análise dos sentimentos e emoções vivenciados pela funcionária que mesmo sabendo da necessidade dos alunos não pode atender, em muitas situações, ao desejo e à necessidade de repetir a merenda escolar. Nesses casos, o peso e a medida dos produtos alimentares representam prioridade frente ao desejo de comer sentido por alguns alunos.

Em contrapartida, o depoimento da professora é preocupante, pois representa uma interpretação que reforça a idéia de acomodação do pai diante de um benefício efêmero, distribuído pelo governo e que em alguns casos transforma um chefe de família em uma pessoa sem perspectivas futuras expondo seus filhos a uma vida de acomodação e dependência. A frustração de poder sonhar com um futuro melhor acaba se esvaindo pela esperança contida em mais um tipo de bolsa (programa social do governo) além das já existentes e certamente o “chibé” será

sempre a alimentação principal. A preocupação da professora é contundente e a escola está chamada a desenvolver um trabalho de valorização humana com os familiares de seus alunos para que eles possam se respeitar e se valorizar como cidadãos e lutem para conquistar uma vida mais digna e humana.

## **4.2. Aspectos Pedagógicos**

### **4.2.1. Procedimento de seleção, encaminhamento e matrícula.**

Os alunos que frequentam a Escola Municipal Odinéa Leite Caminha, são oriundos, principalmente, dos bairros localizados às proximidades da escola que são bairros periféricos da cidade. No caso dos alunos do ensino regular, a opção é feita pela própria família e se processa nos moldes estabelecidos pela Secretaria de Educação por ocasião da matrícula de alunos novos. Caso eles já estudem no sistema municipal em outra unidade escolar, apresentam, para efetivação de matrícula, apenas o boletim escolar e os demais documentos são encaminhados pela escola de origem.

Em relação aos alunos novos, se oriundos de escola particular devem estar munidos do documento de transferência; na situação de primeira entrada no sistema educacional, o aluno é matriculado na 1ª série do ensino fundamental e durante o primeiro mês de aula é feito um acompanhamento de seu desempenho para que seja efetivada a sua matrícula na série em que demonstre competência e habilidade para cursar. A família sempre é informada sobre esse procedimento que é habitual em todas as unidades de ensino pertencentes ao sistema municipal. No caso dos alunos com necessidades educacionais especiais, eles passam anteriormente pelo processo de avaliação realizado pela coordenação de inclusão e se houver possibilidade de serem incluídos em turmas regulares são encaminhados com orientação específica para as turmas do ensino regular. Em se tratando de alunos que ainda não apresentam condições de inclusão, após a avaliação, são encaminhados para matrícula em turmas especiais com sugestões para elaboração de seu plano individual de atendimento. Geralmente, esses alunos são agrupados em turmas de prontidão ou alfabetização.

O nível de receptividade e acolhimento feito pela escola, tanto aos alunos novos quanto aos antigos, é agradável e se baseia em tornar a escola um espaço de aprendizagem e de prazer para o aluno. Diariamente, antes do início das atividades escolares eles são agrupados em um espaço situado no hall de entrada e em seguida são encaminhados para suas salas acompanhados de seus professores. Na entrevista com uma das mães ela fez a seguinte colocação:

*Já tentei transferir o meu filho do Odinéa porque aqui ele brinca muito com os coleguinhas, porém ele não aceita ser trocado de escola e alega: “Não mãe, por favor, não me tira do Odinéa não, lá eu tenho um monte de coleguinhas”. (M-1)*

Ao ouvir um dos alunos entrevistados sobre a escola, uma das coisas que ele diz gostar mais é como as pessoas tratam os alunos que estudam na escola.

*Eu gosto da escola porque, sabe, sabe aqui a gente é tratado bem, as pessoas brincam com a gente, cuidam da gente bem. Aqui a gente merenda todo dia e quando a gente não quer merendar a moça pergunta p'ra gente se a merenda não tá boa. Aqui é legal! Olha tu dá um recado p'ra diretora que eu mando? Olha tu diz p'ra ela que ela não foi mais na minha sala, to de olho nela! (A-3)*

A fala de um dos alunos reforça o que já foi explicitado anteriormente com relação à merenda escolar. O próprio aluno percebe a preocupação do funcionário em estar atento para a distribuição da merenda observando o nível de aceitação pelos alunos. É evidente a importância que a merenda exerce na satisfação pela escola. Observa-se o prazer que os alunos sentem no convívio escolar. É interessante verificar o nível de relação estabelecida com a administração na palavra do A-3 ao mandar um recado para a diretora, e que parece que a visita em sala é uma ação rotineira e sua ausência é percebida pelo aluno. Isso pode ser visto como um dos indicadores de convivência escolar prazerosa.

#### **4.2.2. Enturmação**

Um dos fatores importantes para o sucesso do trabalho educativo na escola é o agrupamento de alunos por turmas, levando-se em consideração critérios estabelecidos de forma cooperativa entre a equipe técnica, professores e, em alguns casos, ouvidos os pais e funcionários.

A lotação dos alunos especiais por turma é feita obedecendo aos seguintes critérios: idade cronológica e nível de desempenho. O agrupamento das turmas segue a seguinte ordem:

- Estimulação precoce: constituída por alunos em idade pré-escolar que necessitam de atendimento específico e cujo comprometimento os impedem de freqüentar as turmas de educação infantil regular (não está funcionando em 2010);
- Atendimento individual: alunos com maior comprometimento de aprendizagem e que necessitam de atendimento específico;
- Prontidão: alunos que já apresentam certo nível de aprendizagem iniciaram o processo de alfabetização, porém ainda não estão aptos para ingressarem em turma do ensino regular;
- Atendimento aos alunos cegos ou com baixa visão e alunos surdos ou com perda auditiva que necessitam da aprendizagem do método braile ou da língua brasileira de sinais para que possam se integrar nas atividades do ensino regular;
- Alfabetização: alunos cujo ritmo de aprendizagem apresenta condições de alfabetizar-se, com suporte de atenção mais específica, de modo a serem inclusos no ensino regular com perspectivas de prosseguimento de estudos.

Na enturmação dos alunos do Ensino Fundamental, os critérios utilizados estão relacionados à idade cronológica, nível de desenvolvimento da percepção da leitura e escrita, procedência escolar e bairro onde moram. Alunos que moram mais distantes da escola geralmente são lotados no turno da manhã para evitar que cheguem ao entardecer em suas residências.

O número de alunos por turma obedece ao que estabelece o Regimento das Escolas Municipais em seu artigo 22, §1<sup>o3</sup> e, no caso das turmas em que existem alunos especiais inclusos o número de alunos por turma está relacionado à modalidade de atendimento do aluno especial, nível de comprometimento/independência e tipo de suporte complementar oferecido ao aluno. As turmas que trabalham com o processo de inclusão recebem de um a três alunos e não possuem professor assistente<sup>4</sup> sendo trabalhada apenas pelo professor regente/titular<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup>Art. 22 § 1º - As classes de ensino fundamental terão no mínimo trinta e no máximo quarenta alunos por turma com exceção dos primeiros anos que terão no mínimo vinte e cinco e no máximo trinta alunos.

<sup>4</sup>Denominação dada ao professor que é designado pela Secretaria Municipal de Educação para auxiliar o professor regente no desempenho de suas atividades em sala de aula.

<sup>5</sup>Professor responsável pelo trabalho educacional desenvolvido em uma sala de aula. Professor titular da turma.

Quadro 12 – Demonstrativo discente por turma e turno – Ano 2009

Modalidade	Total de Alunos	Média por turma	Nº. de Turmas	Turnos
Prontidão/ Esp.	48	12	04	02
Alfabetização/Esp.	30	15	02	02
Alfa. /1º ano	151	25	06	02
1ª série/2º ano	125	25	05	02
2ª série/ 3º ano	224	32	07	02
3ª série	165	33	05	02
4ª série	140	35	04	02
Total	883		27	02

Fonte: Tucuruí, 2010 e Secretaria da Escola

Atualmente, a Escola Odinéa atende a 805 alunos do ensino fundamental, incluindo alunos especiais inclusos, distribuídos em dois turnos de trabalho, e 78 alunos com necessidades educativas especiais sendo 48 em turmas de prontidão e 30 em turmas de alfabetização. Desses alunos, 125 que constituem cinco turmas de educação infantil (alfabetização/1º ano), estudam na Escola Municipal de Educação Infantil Professora Elza Borges que funciona como um anexo da Escola Odinéa e está localizada próxima à instituição. Na escola Odinéa, há uma turma de educação infantil (alfabetização/1º ano), cinco turmas de primeira série (2º ano); sete turmas de segunda série (3º ano), cinco turmas de terceira série e quatro turmas de quarta série. (TUCURUÍ, 2009).

A escola trabalha com classes especiais e com o ensino regular desenvolvendo um trabalho de operacionalização do processo de inclusão. As modalidades de educação especial, atualmente atendidas são: deficiência auditiva/surdez, deficiência mental/intelectual, alunos com síndrome de *Down*, deficiência visual/cegos. (TUCURUI, 2009).

Os profissionais que atuam, na escola, com educação especial ainda fazem o trabalho de apoio a outras escolas do ensino regular, principalmente nas unidades onde existem alunos deficientes visuais e auditivos, e que foram encaminhados pela escola para serem inclusos no ensino regular.

A correlação entre o número de professores, funcionários e alunos existentes atualmente na escola está configurada no quadro 13, a seguir:

Quadro13 - Correlação de atendimento de alunos por docentes e não docentes

Turno	Nº. de Alunos	Nº. de Docentes	Nº. de Não	Relação docente/aluno	Relação não
-------	---------------	-----------------	------------	-----------------------	-------------

			Docentes		docente/aluno
Manhã	459	14	18	33/1	25/1
Tarde	424	14	16	30/1	26/1
Total	883	15 <sup>6</sup>	34		

Fonte: Tucuruí 2010 (Secretaria da Escola Odinéa)

No turno da manhã, para atendimento de 459 alunos, são disponibilizados 14 professores em sala de aula do ensino regular e cinco professores de educação especial, além de 18 profissionais não docentes e três professores de educação física com uma estimativa média de 33 alunos por docente (sala de aula) e 25 alunos por não docente. No turno da tarde para os 424 alunos, existem 14 professores de sala de aula, cinco professores de educação especial, dois professores de educação física e 17 não docentes com uma estimativa aproximada de 30 alunos por docente (sala de aula) e 26 alunos por não docentes. Se formos analisar a relação professor/não docente/aluno, é fácil perceber que existe uma relação coerente entre eles, porém não podemos perder de vista que a Escola atende, especificamente, a setenta e oito alunos com necessidades educacionais especiais em seis turmas sendo quatro de prontidão e duas de alfabetização.

É importante ressaltar que as turmas de educação especial não obedecem ao mesmo índice de proporcionalidade estabelecido para as turmas de ensino regular, porém são formadas de acordo com o artigo 22; § 1º; I do Regimento Único das Escolas Públicas Municipais<sup>7</sup>. Além disso, existem casos em que é impossível observar o que prevê o Regimento uma vez que alguns alunos, em função de seu comprometimento, não podem ser agrupados em turmas com mais de dois ou três colegas, pois exigem atenção redobrada do professor e ainda possuem significativo grau de dependência. Atualmente, a constituição das turmas de educação especial é a seguinte:

Quadro 14 – Demonstrativo de enturmação de alunos especiais por turno

Modalidade	Manhã	Tarde	Total
Prontidão I	12	13	25
Prontidão II	11	12	23
Alfabetização	15	15	29

<sup>6</sup>Ver nota 13 - página 111.

<sup>7</sup>Art. 22 § 1º; I – as classes especiais de atendimento ao educando portador de necessidades educativas especiais, obedecerão ao limite mínimo de seis e no máximo de quinze alunos por turma;

Total Geral	38	40	78
-------------	----	----	----

Fonte: Tucuruí- 2009 (Secretaria da Escola Odinéa)

Como já foi explicitada anteriormente, a distribuição dos alunos de educação especial por modalidade de atendimento está relacionada com o nível de desempenho do grupo, embora o trabalho desenvolvido obedeça ao plano individual de cada aluno. Nas turmas de prontidão, os professores procuram intensificar o trabalho na perspectiva de sanar as dificuldades apresentadas por cada aluno, e na medida em que tais dificuldades são superadas, os alunos são automaticamente remanejados para a próxima modalidade de atendimento. O fato de um aluno iniciar o ano letivo na sala de prontidão I não significa que ele encerrará o ano nessa mesma turma, pois dependendo de seu desempenho ele poderá ser remanejado para outra modalidade de atendimento. A escola não trabalha com turmas fechadas, o aluno pode no mesmo ano letivo sair da turma de prontidão para a turma de alfabetização ou ser incluso em turma de 1ª série. Esse processo é acompanhado tanto pelo professor quanto pelos supervisores, pois é importante que o aluno só seja remanejado quando for sentida segurança para a realização desse remanejamento de modo que o discente não tenha problemas de retorno.

### 4.2.3. Projeto Político Pedagógico

O Projeto Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Odinéa Leite Caminha tem por objetivo:

Orientar as atividades administrativas e pedagógicas da escola, no sentido de favorecer o processo ensino aprendizagem, dinamizar a gestão participativa da escola e elevar o desempenho acadêmico dos alunos através de uma educação participativa e de qualidade. (PPP, 2010, p.2)

Propõe como ações norteadoras:

**Desafio** para se consolidar uma ação verdadeiramente socializadora onde cada segmento seja parceiro ativo, **aprendizado** sistemático e processual, na busca contínua do investimento pessoal e profissional, **revisão da prática** pedagógica em busca de melhorias na atuação e conseqüentemente do resultado do trabalho educativo, **reencontro com o passado**, na perspectiva de se projetar o futuro, conciliando o espaço da escola com o prazer, o conhecimento a relação de cidadãos

que, por serem diferentes, compartilham os mesmos interesses promovendo a harmonia, a fraternidade e a integração. (PPP, 2010, p.4)

O direito à educação possibilita ao indivíduo oportunidades de desenvolvimento e a sociedade tem obrigação de assegurar o exercício desse direito. A escola enquanto instituição educativa tem obrigação de garantir que essas oportunidades sejam efetivadas, contemplando em seu Projeto Pedagógico programas voltados para o desenvolvimento de habilidades sociais e de educação acadêmica. Na elaboração do P.P.P. da Escola Odinéa, segundo informações da própria diretora:

*A comunidade, os pais e os alunos não participaram da elaboração do Projeto Pedagógico e ainda não participam de sua avaliação e reelaboração que acontece anualmente, estamos trabalhando para que isso aconteça o mais breve possível.* (D)

O Projeto Político Pedagógico para a Escola que se propõe trabalhar com uma proposta inclusiva representa a sua própria identidade, pois nele está contemplado um conjunto orientador de princípios e de normas que norteiam a ação pedagógica cotidiana, assim a ausência de qualquer segmento tanto na sua elaboração quanto na sua avaliação compromete a essência do trabalho coletivo.

Na avaliação e reelaboração do Projeto Pedagógico da Escola, além de serem contempladas todas as atividades e projetos que atendam à especificidade dos alunos e que serão executados durante o ano letivo ainda é garantida aos professores e funcionários a educação continuada através de programas de treinamento em serviço, encontros pedagógicos, palestras, grupos de estudo, oficinas de confecção de material didático, entre outros.

#### **4.2.4. Currículo**

Para atendimento pedagógico dos alunos especiais, tanto aqueles que estudam em salas do ensino regular quanto os que permanecem em salas de educação especial, a equipe técnica da escola, juntamente com os professores, elaborou um trabalho de adaptação da grade curricular observando os critérios estabelecidos pelas *Diretrizes Curriculares Nacionais* (1998) referentes às categorias de acesso ao currículo e adaptações nos elementos curriculares:

Adaptações de acesso ao currículo correspondem ao conjunto de modificações nos elementos físicos e materiais do ensino, bem como aos recursos pessoais do professor quanto ao seu preparo para trabalhar com os alunos. São definidas como alterações ou recursos espaciais, materiais ou de comunicação que venham a facilitar os alunos com necessidades educacionais especiais a desenvolver o currículo escolar. (PCN, 1998, p.44)

Adaptações nos elementos curriculares focalizam as formas de ensinar e avaliar, bem como os conteúdos a serem ministrados, considerando a temporalidade. São definidas como alterações realizadas nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender às diferenças individuais dos alunos. (PCN, 1998, p.49).

Quanto às adaptações de acesso ao currículo, no que concerne à eliminação de barreiras arquitetônicas, até o presente momento, ainda não foi possível eliminar esse problema. A escola se apresenta com uma estrutura física que não permite fácil acesso nem mesmo para as crianças do ensino regular e necessita de modificações urgentes em termos de obras.

No que concerne à aquisição de recursos de suporte pedagógico, a escola para atender as suas necessidades utiliza verbas de projetos e promoções ou solicita para a Secretaria de Educação os referidos recursos de modo a manter o trabalho sempre alicerçado. Entretanto, a escola ainda precisa de muitos materiais, principalmente os específicos que se constituem como essenciais em atividades com alunos cegos e surdos. A preparação do professor é realizada, na maioria das vezes, em serviço, por meio das reuniões de orientação grupal ou individualmente, conforme o item 4.2.6. Formação Continuada.

Em relação às adaptações metodológicas, foram introduzidas diferentes alternativas de atuação docente que viabilizassem o atendimento tanto do aluno incluso quanto do aluno de classe especial. Em todas as reuniões pedagógicas semanais esses procedimentos são avaliados e, quando necessário, redimensionados.

Quanto às adaptações pedagógicas ou curriculares, foi inserido na grade curricular, para atendimento dos alunos cegos, o método braile, e para os alunos surdos, a língua brasileira de sinais, além de uma reorganização sequencial de conteúdos e objetivos de modo a atender aos alunos respeitando o seu tempo e forma de aprendizagem sem considerá-lo mais ou menos capaz de aprender. Para os alunos especiais, com mais de dez anos de idade cronológica, são oferecidas, no decorrer do ano letivo, como atividade complementar, oficinas pedagógicas de

modo a lhes possibilitar treinamento em atividades pré-profissionalizantes e atributos como: responsabilidade, atenção, habilidade motora, socialização, etc.

Por tratar-se de uma escola que se propõe a trabalhar com a diversidade e já estar atuando com o ensino fundamental de nove anos, os alunos integrantes do primeiro ciclo, que compreende do primeiro ao terceiro ano e objetiva a integralização do processo de alfabetização, o fluxo de permanência do aluno em cada etapa ou ano de estudo está diretamente relacionado ao seu nível de desempenho global. Assim, cada aluno constrói o seu conhecimento obedecendo ao seu nível de desempenho, podendo se transportar de um ano para o outro, tanto superior quanto inferior, independente do período letivo. As atividades desenvolvidas em sala de aula possibilitam um nível de flexibilidade bastante significativa em função do agrupamento de alunos em sala de aula ser alternativo, dependendo da atividade proposta e do conteúdo a ser trabalhado.

A decisão de a escola fazer adaptações que contemplatessem as necessidades de sua clientela, imprime ao processo educativo uma característica ativa, dinâmica em que as mudanças não são realizadas apenas para cumprir normas regulamentares, mas acima de tudo para atender às especificidades de pessoas. Como sabemos, para que o currículo escolar contemple as necessidades dos diferentes segmentos da escola, precisa ser entendido como um elemento ativo e dinamizador do processo educativo e no caso da Escola Odinéa é necessário que seja capaz de atender a uma clientela bastante diversificada.

Para Moreira (2002), a construção do currículo na e para a escola deve se originar nas aspirações e necessidades da comunidade e constituir-se como um trabalho de parceria em que todos tenham a responsabilidade na sua execução. Precisa refletir a realidade e não pode ser imposto, rígido, inflexível. Precisa estar em constante movimento e se adequar às especificidades da escola e de seus partícipes.

A Escola Odinéa, ao processar as adaptações necessárias para atendimento de seus alunos, procurou respeitar os princípios preconizados por Moreira efetivando as suas ações de forma flexível, pois o processo educativo é avaliado, sistematicamente, pelos professores e equipe técnica e quando necessário redimensionado. Um obstáculo que ainda precisa ser superado pela escola é, sem dúvida, a participação mais ativa da comunidade externa e dos pais na elaboração das ações pedagógicas que norteiam o trabalho da escola. Nesse sentido, foi

observado durante as entrevistas que a maioria dos pais não participa da elaboração do PPP, embora sejam sempre convidados a integrar suas ações.

Interessante ressaltar a fala de uma professora que ao ser solicitada a falar sobre o currículo da escola, recursos estratégicos e material didático, assim se expressou:

*Está fraco. Os materiais para execução do trabalho não são disponibilizados e os professores precisam desenvolver suas atividades de forma precária, de qualquer jeito. A falta de material inviabiliza a construção de um currículo direcionado para o trabalho inclusivo e oportuniza aos professores utilizarem estratégias de trabalho, muitas vezes, inadequadas para o alcance de objetivos precisos. (P-1)*

A fala da professora expressa exatamente as dificuldades pelas quais a escola tem de enfrentar para se manter assumindo o processo de inclusão e as diferentes estratégias que os professores precisam encontrar para desenvolver adequadamente o seu trabalho. É importante ressaltar que essa professora é pioneira no trabalho com educação especial no município e sempre está à frente dos movimentos em favor do processo de inclusão. Entretanto, não esconde a sua insatisfação com o descaso que ainda paira sobre a ação inclusiva, aliás, sobre o próprio processo educativo, no qual os recursos chegam lentamente e sua aplicação nem sempre atende às necessidades prioritárias de quem vivencia a realidade escolar.

As adaptações curriculares preconizadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais focalizam:

O currículo como ferramenta básica de escolarização; buscam dimensionar o sentido e o alcance que se pretende dar às adaptações curriculares como estratégias e critérios de atuação docente; e admitem decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de os alunos aprenderem, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola. (PCN, 1998 - Introdução)

Considerando que a adaptação do currículo precisa contemplar a necessidade dos alunos, é indispensável que durante o processo de reestruturação curricular sejam observados pontos importantes como: a realidade da escola, a necessidade e a especificidade dos alunos, a estrutura didático-pedagógica do trabalho docente e os objetivos e metas a serem alcançados. Isso contribuirá para que a adaptação seja operacionalizada com mais precisão. Entretanto, nem sempre isso acontece. Na maioria das vezes, a escola alegando exiguidade de tempo, acaba fazendo as suas reestruturações levando em consideração apenas a contribuição de professores, funcionários e um número pequeno de mães que,

geralmente, vivencia o cotidiano escolar. A ausência de outras idéias compromete a fidedignidade das ações que acabam deixando a comunidade escolar sem representatividade equitativa. Socializar saberes e construir conhecimentos precisa ser uma ação cooperativa. Em uma escola de educação inclusiva, a exigüidade de tempo não pode se sobrepor às reais necessidades de sua clientela, ação que só pode ser detectada se todos os segmentos estiverem, de fato, envolvidos desde as discussões, planejamentos, acompanhamentos, execuções e avaliação, de modo que o redimensionamento, quando necessário, seja elaborado a partir de um trabalho processual e cooperativo.

#### **4.2.5. Avaliação**

As avaliações de desempenho dos alunos seguem o calendário estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação. Elas são elaboradas por uma equipe destinada exclusivamente para essa tarefa e realizadas bimestralmente ficando a escola com autonomia para adequá-la a sua realidade. O processo avaliativo interno da Escola Odinéa é feito diariamente através de diferentes atividades de classe e extraclasse, pesquisas, produções e participações diversas. Aos alunos que após o processo avaliativo não obtêm a média mínima de aprovação 6 (seis) é oferecida a recuperação paralela e caso permaneçam com o problema, participam da recuperação final.

No acompanhamento do desempenho do aluno, a escola utiliza o sistema de ficha avaliativa em que são registradas as notas obtidas pelos alunos no decorrer de cada bimestre (ANEXO A). Depois de computadas pelos professores, são analisadas pelos supervisores para que, juntos, professor e supervisor encontrem alternativas que possibilitem o atendimento das dificuldades de cada aluno ou grupo de alunos.

No caso dos alunos especiais, é utilizada uma ficha relatório (ANEXO B) na qual são registradas e analisadas as informações sobre a evolução do aluno no decorrer de cada bimestre, bem como os assuntos estudados e as diferentes alternativas utilizadas para o alcance dos objetivos propostos e o percentual de desenvolvimento de cada criança. Esse trabalho é realizado com a participação do professor e supervisor que acompanham o trabalho docente/discente.

A ficha de acompanhamento do aluno que frequenta a sala de educação especial é composta de três partes: na primeira parte são avaliados os aspectos gerais do aluno nas suas atividades rotineiras e seu convívio com professores, funcionários e colegas além de hábitos, atitudes, habilidades indispensáveis ao seu crescimento e desenvolvimento; na segunda, o desempenho do aluno é observado tendo como ponto de referência as atividades desenvolvidas nas salas de linguagem, jogos e brincadeiras e artes; na terceira parte da ficha é feita uma síntese bimestral do aproveitamento geral do aluno, explicitando seus avanços e suas necessidades. Essa ficha é preenchida tendo como subsídio as observações feitas pelos professores e técnicos da escola e acompanhada pelos pais que além de assinarem a cada bimestre são orientados de como proceder em casa para ajudar a criança. Segundo colocações feitas pela supervisora, a referida ficha sofre alterações anuais ou semestrais de acordo com a necessidade de cada aluno ou turma. Na opinião da supervisora, qualquer professor que receba o aluno oriundo de classe especial, ao tomar conhecimento dos registros feitos em sua ficha tem pleno conhecimento de suas potencialidades e limitações sendo capaz de lhe oportunizar seqüência no processo ensino aprendizagem. Ainda sobre esse assunto, duas professoras fizeram as seguintes considerações:

*A ficha de avaliação que acompanha o aluno encaminhado para o ensino regular vai especificando claramente o nível de desempenho que ele apresenta acrescentando inclusive em que aspectos ele precisa ser mais trabalhado. É tudo uma questão de estar atento ao que foi registrado para que o trabalho a ser desenvolvido com ele não seja um “bicho de sete cabeças”. (P.7)*

*Eu não acho que seja difícil receber o aluno encaminhado do ensino especial para o ensino regular, o que existe é mesmo falta de interesse. Quando nós encaminhamos o nosso aluno temos certeza de que ele está preparado para seguir seus estudos. Lógico, precisa que o professor esteja atento para as suas dificuldades, mas isso ele deve estar atento para as dificuldades de todos os demais alunos porque senão não é professor. Olhe a nossa ficha de acompanhamento, a senhora já viu, está tudo registrado, o que o aluno aprendeu o que falta aprender, mastigadinho. É só a professora do ensino regular ter acesso a ela que o perfil do aluno está todo traçado, não tem nenhuma dificuldade para sua inclusão. (P.10)*

Luckesi (2005, p.4) ao abordar a questão da avaliação, faz a seguinte consideração:

Os professores devem ter interesse nos resultados da avaliação, pois ela indicará onde deverão intervir para que o seu trabalho produza os resultados esperados e que seja bem sucedido. É estranho trabalhar para se obter insucesso. Isso é insanidade. Por último, os resultados da aprendizagem dos educandos interessam aos próprios educandos.

Concordo com as considerações feitas pelo autor, pois o processo de avaliação precisa ser desenvolvido de forma a permitir tanto ao professor quanto ao aluno uma análise reflexiva sobre como a aprendizagem está sendo construída e quais os entraves que podem dificultar o processo de modo a propiciar a busca de alternativas capazes de contribuir para que os objetivos propostos sejam alcançados ou redimensionados. Essa ação não pode ocorrer de forma isolada, porque é necessário que sejam conhecidos os obstáculos não ultrapassados e os motivos desse impedimento para que juntos sejam traçados novos caminhos de desenvolvimento.

Na avaliação, é importante considerar tanto o processo quanto o produto, e nessa troca quando se incluem os elementos dinamizadores, logo os seus resultados precisam ser analisados e refletidos cooperativamente entre os integrantes do processo. Entretanto, essa não é a realidade existente na maioria das escolas, principalmente nas escolas públicas em que, em alguns casos, a avaliação é utilizada como um instrumento de punição e não como uma alternativa de redimensionamento de ação docente. Em determinadas situações, o instrumento prova se torna a única forma de avaliação escolar fazendo com que o aluno seja medido em termos dos conteúdos e não avaliado em sua formação educacional na sua integralidade.

#### **4.2.6. Formação Continuada**

Como já foi evidenciado anteriormente, o Projeto Político Pedagógico da Escola Odinéa contempla em suas ações a formação continuada de seus professores mediante as várias alternativas proporcionadas pela própria escola ou pela Secretaria Municipal de Educação. Geralmente, durante as reuniões pedagógicas, são discutidos com os professores os temas mais necessários para serem abordados e a partir dessas informações é elaborado um ciclo de atividades que fazem parte da formação continuada dos professores e funcionários. Em conversa com a supervisora ela fez a seguinte colocação:

*Eu sei que o que nós fazemos é muito pouco diante da necessidade dos professores, principalmente os professores novatos, mas é só o que está ao nosso alcance. Eu vivo pesquisando, estudando, para poder oferecer o máximo de informações para*

*os professores, porém, às vezes eu mesma preciso de mais conhecimento. Aqui, a gente faz o que pode.* (S. 1)

O projeto de formação docente precisa ser contínuo e integrar em suas ações, troca de experiências inter e extra-escolares, oficinas, mini-cursos, seminários, encontros pedagógicos, etc. Dessa forma, para que isso aconteça, envolvendo todos os segmentos da escola, o gestor precisa estar comprometido com um trabalho educativo transformador garantindo a todos, sobretudo, aos professores, tempo para planejar, pesquisar, analisar, refletir e redimensionar a prática educativa.

Para González (2002, p.259):

A escola compreensiva, que contempla a diversidade de alunos, de professores, etc., configura um novo espaço profissional, didático, curricular, organizativo e institucional. Por isso, torna-se importante o tema da formação de profissionais, sob a lógica da diversidade e da heterogeneidade, que constitui a base de nossas propostas.

Como González, defendo a idéia de se trabalhar a formação docente sob a ótica da educação para a diversidade, pois é através da formação docente que vamos conseguir revitalizar a escola transformando os seus espaços em locais onde o processo de aprendizagem pode ser construído de diferentes formas desde que contemple as necessidades de seus alunos.

Mittler (2003) considera importante sensibilizar os profissionais de educação para que se comprometam com a mudança entendendo que todo processo exige ressignificação de conceitos e redimensionamento de ações.

A fala de Mittler evidencia ainda mais as considerações feitas por Gonzáles em que o papel dos profissionais de educação é configurado como de suma importância para as mudanças que se fizerem necessárias no processo educativo.

Para Figueiredo:

A formação de professores visando à inclusão de todos os alunos e seu acesso ao ensino superior precisa levar em consideração princípios de base que os instrumentalizem para a organização do ensino e a gestão da classe, bem como princípios éticos, políticos e filosóficos que permitam a esses profissionais compreenderem o papel deles e da escola frente ao desafio de formar uma nova geração capaz de responder às demandas do nosso século. (FIGUEIREDO, 2008 *apud* MANTOAN, 2008, p.141)

Em suas considerações sobre a formação profissional, Figueiredo (2008), considera que o professor deve ter consciência de que o ensino tradicional precisa ser substituído por uma pedagogia de atenção à diversidade de modo a permitir

aos professores, alternativas educacionais e sociais de acesso a todos os alunos.

Para a autora:

O paradigma de escola que inclui remete à reflexão de conceitos relativos à diversidade e à diferença. É importante assinalar – embora pareça óbvio – que diversidade e diferença são manifestações eminentemente humanas elas resultam das diferenças raciais e culturais, e também das respostas dos indivíduos relativamente à educação nas salas de aula. A diversidade é tão *natural* quanto a própria vida. Essa diversidade é formada pelo conjunto de singularidades, mas também pelas semelhanças que unem o tecido das relações sociais. Entretanto, parece que, na tentativa de garantir a promoção da igualdade, a escola está confundindo diferenças com desigualdades. Aquelas são inerentes ao humano enquanto estas são socialmente produzidas. (FIGUEIREDO, 2008 *apud* MANTOAN, 2008, p.142-143)

Considerando os princípios da escola inclusiva, Figueiredo (2008), considera que a formação dos professores só pode acontecer inscrita no espaço coletivo capaz de gerir uma mudança de cultura na escola com mecanismos que imprimam o desenvolvimento de uma cultura colaboradora que permita a reflexão sobre o próprio trabalho pedagógico. Em sua concepção, o que legitima o contexto da diversidade, é a divisão do espaço de aprendizagem, de interação e cooperação em que professores, alunos, adultos, crianças e famílias sejam capazes de conviver com semelhanças e diferenças, o que contempla aspectos teóricos, práticos e atitudinais. Para a autora:

No percurso da inclusão, os professores irão ampliar e elaborar suas competências e habilidades a partir das experiências que já têm. A formação continuada considera a formulação dos conhecimentos do professor, sua prática pedagógica, seu contexto social, sua história de vida, suas singularidades e os demais fatores que o conduziram a uma prática pedagógica acolhedora. (FIGUEREDO, 2008 *apud* MANTOAN, 2008, p.144)

Como é possível perceber, a formação do profissional de educação, para atuar no processo de inclusão, não elimina suas experiências e histórias de vida, mas acrescenta em sua prática docente a experiência da cooperação, da participação, do coletivo que lhe permite entender o outro e trabalhar a diversidade.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Odinéa Leite Caminha desencadeou uma caminhada rumo ao processo de inclusão. Entretanto, falta ultrapassar muitos obstáculos, como: formar uma estrutura docente e administrativa sólida sem as mudanças constantes, reformar a escola de modo que atenda à necessidade dos alunos, professores e funcionários, construir uma quadra de esporte para as atividades de educação e treinamento desportivo, recuperação e

aquisição de materiais básicos para o trabalho educativo, melhoria da merenda escolar (quantidade e adequação à regionalidade), valorização do profissional de educação e fomento à formação continuada, entre outros. Nesse sentido, várias vitórias já foram conquistadas entre elas podemos citar: a permanência da educação especial mesmo sob a responsabilidade da esfera municipal, o retorno do atendimento na carpintaria, a expansão do processo de inclusão envolvendo outras escolas (embora ainda não se caracterize como uma prática totalmente espontânea), o reconhecimento da sociedade local em função do trabalho desenvolvido na e pela escola, a eliminação da evasão dos alunos que vem diminuindo gradativamente, chegando a alcançar índices estatisticamente desconsiderados conforme quadro abaixo.

Quadro 15 – Demonstrativo Acadêmico 2005 - 2009.

Indicadores	2005	2006	2007	2008	2009
Aprovação	77.5%	80.6%	85.4%	78.8%	90.4%
Reprovação	18.0%	15.9%	13.6%	21.1%	9.6%
Evasão	5.0%	3.5%	1.0%	0.1%	0.0%

Fonte: TUCURUÍ 2010 - Secretaria da Escola - 2010

O processo de inclusão que a escola se propõe implantar/implementar ainda depende de muito trabalho de uma equipe que necessita se solidificar para adquirir forças e continuar na luta. Sobre isso, vale salientar que o município não possui uma Política de Educação delineada nem um trabalho de Inclusão sólido. Somente em 2008 foi implantado e organizado o Sistema Municipal de Educação através da Lei Municipal nº. 8.226 de 21 de julho de 2008. O Conselho Municipal de Educação, criado através da Lei nº. 8.226 de 21 de agosto de 2008, realizou a primeira eleição para sua constituição em novembro de 2009 e caminha até hoje em busca de estruturação e espaço de funcionamento.

Quanto ao papel da Secretaria de Educação, é importante ressaltar que a realidade vivida no interior do Estado, principalmente na área do Sul e Sudeste do Pará, tem características bem diferentes das demais regiões do Estado e dos demais Estados do Brasil. Isso faz com que o silêncio seja muitas vezes a única resposta possível de ser obtida<sup>8</sup>. Em Tucuruí, no ano de 2009, quando da mudança de Secretária de Educação, estive pessoalmente conversando com a nova

<sup>8</sup>O medo de ser remanejado, ter sua carga horária diminuída ou até perder o emprego, mesmo sendo concursada, faz com que algumas pessoas evitem prestar qualquer tipo de informação.

Secretária para lhe informar sobre o trabalho que estava desenvolvendo na Escola Odinéa e, surpreendentemente, recebi a informação de que ela iria acabar com a inclusão, pois não acreditava no trabalho. Essas foram textualmente suas palavras:

Vou pegar todos esses meninos especiais e devolver para o Odinéa, lá que é o lugar deles. Não adianta, eles não aprendem misturados com outros alunos, isso só dá confusão e trabalho. Não acredito na inclusão. (SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, 2009)

A atitude da Secretária de Educação do Município de Tucuruí frente ao processo de inclusão confirma o que já foi explicitado anteriormente de que o processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais depende muito mais do nível de conhecimento e credibilidade das autoridades que gerenciam o processo educativo no município do que propriamente da escola e de seus professores. Mesmo que a equipe escolar se disponha a trabalhar dentro de uma visão inclusiva, para a realização de inúmeras outras ações, ela necessitará da aquiescência dos demais órgãos educativos, pois a realização de tais ações precisa de investimento financeiro dos quais a escola não dispõe. Após perceber a visão da Secretária sobre o assunto, conversei longamente com ela para explicar o que é o processo de inclusão e como ele precisa ser operacionalizado. Solicitei a ela que refletisse melhor sua decisão para evitar conseqüências drásticas para o município. Acredito que consegui convencê-la parcialmente, pois mesmo não estando oferecendo um suporte adequado ao trabalho de inclusão desenvolvido no município, ela também não está se opondo, embora sempre deixando clara a sua descrença nesse tipo de trabalho.

Assim, apesar de o município permanecer com o processo de inclusão, não há, por parte de seus dirigentes, a crença na inclusão, bem como a perspectiva de suporte capaz de fazer com que o trabalho deslanche, de fato. As necessidades são superadas lentamente e o processo caminha, justamente, pelo esforço dos profissionais que atuam na área educacional.

#### **4.3.**

#### **A Escola Odinéa e o processo de Inclusão de forma inversa.**

O processo de inclusão preconizado pela legislação vigente, conforme já foi explicitado no Capítulo I sempre está direcionado para as escolas regulares no sentido de que elas matriculem todas as crianças indiscriminadamente, entretanto

não foi possível detectar em nenhum preceito legal a mesma recomendação para as escolas de educação especial. Se levarmos em consideração que a educação é direito de todos, uma vez que a própria *Declaração Universal dos Direitos Humanos* assegura essa igualdade de direitos em seu artigo 1º, podemos entender que desde que seja oferecida a todos oportunidades educacionais iguais não importa o local e o agrupamento, contanto que respeitadas a liberdade de escolha e a não discriminação. Partindo desse princípio, acolher alunos identificados como pessoas *sem* necessidades educacionais especiais em uma escola cujo objetivo prioritário é atender a alunos *com* necessidades educacionais especiais é, sem dúvida, exercer o direito democrático de educação para todos. Essa postura contempla, embora sem motivos intencionais legais, o que estabelece como princípio de inclusão a *Declaração de Salamanca*:

O princípio da inclusão consiste no reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo à “escola para todos” – um lugar que inclua todos os alunos, celebre a diferença, apóie a aprendizagem e responda às necessidades individuais. (ONU, 1994, p.5)

Nesta tese, o termo “inclusão de forma inversa” está sendo utilizado para caracterizar o trabalho desenvolvido por uma escola de educação especial, que se propôs a implantar o processo de inclusão utilizando uma alternativa diferenciada daquela estabelecida pelos preceitos legais. A referida escola que durante muitos anos atendeu a alunos com necessidades educacionais especiais, assumiu a responsabilidade de abrir-se para o atendimento de alunos do ensino regular que aparentemente não possuíam nenhum tipo de deficiência. Ao assumir esses alunos, em seu quadro discente, oportunizou-lhes o direito de se beneficiarem de todos os serviços e auxílios especiais anteriormente disponíveis apenas aos alunos de educação especial. Com essa iniciativa houve necessidade de reconceituar suas ações de modo que a educação para todos fosse sendo construída de forma gradativa sem, entretanto inviabilizar a oferta de uma educação de qualidade. Para REGO (1995, p.33) “A escola deve ser um espaço para as transformações, as diferenças, o erro, as contradições, a colaboração mútua para a criatividade”. A afirmativa do autor nos permite concluir que para imprimir mudanças significativas como essa a escola não deve ter medo de arriscar, de ousar. É preciso que a equipe escolar tenha coragem de criar e questionar o que está estabelecido empreendendo uma caminhada em busca de rumos inovadores. A experiência inversa do processo de inclusão construído pela escola se solidifica

sistematicamente podendo, em um futuro bem próximo, servir como modelo de educação inclusiva com vistas à construção da escola para todos.

É evidente que o processo de inclusão, quando implantado de forma inversa, isto é, a escola de educação especial possibilitando o atendimento aos alunos que antes só freqüentavam as escolas do ensino regular representa um avanço no caminho do processo de inclusão, pois ao redimensionar seu Projeto Político Pedagógico e contemplar ações voltadas para uma educação plural, democrática, contextualizada, está sem dúvida alavancando uma ação intercultural que caminha no rumo de uma educação inclusiva.

A *Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais Acesso e Qualidade*, evento em que foi elaborada a *Declaração de Salamanca*, sugere a implantação de uma política que favoreça o enfoque da educação inclusiva. Para isso, recomenda que as escolas devam ser instrumentalizadas para que possam atender todas as crianças, destacando aquelas com necessidades educacionais especiais. Ao se posicionar sobre a escola para todos, esclarece que essas escolas devem incluir todas as pessoas, reconhecer as diferenças existentes entre elas, atender as suas necessidades específicas de modo a lhes oferecer oportunidade de aprendizagem. Para tanto, considera as escolas regulares, os meios mais eficazes para combater as ações discriminatórias.

Como é possível observar, os documentos legais ao abordarem a prática democrática da educação o fazem possibilitando um entendimento de que a inclusão se processará na medida em que as escolas do ensino regular compreendam e aceitem trabalhar com as diferenças. A meu ver, o processo de inclusão só será solidificado quando o sistema educacional brasileiro entender educação para todos como uma ação ampla, socializadora, democrática e integral em que todas as escolas estejam envolvidas no mesmo nível de comprometimento e a sociedade se constitua parceira no processo, pois:

O que acontece nas escolas é um reflexo da sociedade em que elas funcionam. Os valores, as crenças e as prioridades da sociedade permearão a vida e o trabalho nas escolas e não pararão nos seus portões. (MITTLER, 2003, p.24)

Não resta dúvida de que a dimensão do processo de inclusão não se restringe apenas na inserção dos alunos especiais na rede de ensino regular, ela é muito mais intensa. Se formos analisar quem são os excluídos do processo educacional, vamos encontrar situações diversas relacionadas a problemas sociais,

culturais, psicológicos e de aprendizagem que ocasionam fracasso escolar e cujas situações as escolas ainda não conseguiram administrar satisfatoriamente. A proposta de educação inclusiva preconizada pela Escola Odinéa está pautada na aplicação de práticas pedagógicas diversificadas e adaptadas às necessidades de seus alunos, independente de serem ou não crianças com necessidades educacionais especiais. O importante na ação educativa da escola é exatamente proporcionar a todos os alunos condições de aprendizagem que atendam as suas especificidades. Para a execução desse trabalho, a escola conta com uma equipe formada por profissionais com experiência em educação especial e profissionais que se envolveram no trabalho pedagógico pelo desafio de superação de suas próprias limitações.

Machado (2005), ao se posicionar sobre a postura de professores quanto ao trabalho desenvolvido em sala de aula específica, onde é comum o professor organizar o trabalho pedagógico de sala agrupando os alunos por nível de dificuldade, afirma que, para ele, não é aconselhável esse tipo de procedimento, pois se os alunos possuem as mesmas necessidades educacionais, como encontrarão subsídios para superar tais dificuldades se não há possibilidade de ajuda mútua e de troca de conhecimento? Em sua opinião, o agrupamento feito de forma heterogênea possibilita a interação entre os integrantes contribuindo para o desenvolvimento individual e grupal.

A atitude da Escola Odinéa em receber alunos aparentemente sem necessidades educacionais especiais, mesmo tendo sido uma forma de lidar com as inúmeras tentativas de incluir os alunos especiais na rede de ensino regular sem obter grandes sucessos foi, sem dúvida, uma atitude coerente com os princípios da inclusão e intencional, considerando que a forma segregada de atendimento educacional é um recurso que não deve ser visto como regra no contexto do sistema educativo, mas como uma forma de atendimento complementar que não inviabiliza a participação do sujeito nas diferentes ações da sociedade.

Outro fator significativo na operação inversa do processo de inclusão, está relacionado ao fato de que os profissionais que atuavam na escola de educação especial já possuíam bastante experiência com a execução de trabalho diferenciado, uma vez que as modalidades de atendimento oferecidas pela escola aos alunos especiais haviam se expandido e os professores haviam sido capacitados para atuarem na educação especial. Essas especificidades

contribuíram para que a entrada de alunos do ensino regular na Escola Odinéa ocorresse de forma tranqüila sem alterar a rotina dos trabalhos escolares. A forma de trabalho desenvolvido pelos profissionais da escola foi outro fator positivo para o sucesso da ação socializadora de inclusão. Sobre o assunto é importante registrar a fala de uma ex-professora, de uma professora que ainda permanece atuando na escola e de uma mãe de aluno.

*Para mim, professora, a chegada dos alunos do ensino regular na educação especial não fez nenhuma diferença. O que mudou mesmo foi o aumento do número de alunos na escola porque o trabalho continuou o mesmo. Nós sempre fomos acostumadas a planejar nossas atividades em função das necessidades dos alunos. Então quando a escola abriu para receber os outros alunos que não eram especiais nós também recebemos mais professores e outros funcionários e eles logo entraram na dinâmica do trabalho desenvolvido pela escola. Sabe como é, nós começamos na Camargo onde a cobrança era grande e o resultado do trabalho tinha que ser bom, do contrário a gente não permanecia na empresa.( ex-professora)*

*Olhe, sempre procurei fazer um trabalho bom. Quando eu escolhi ser professora foi porque gostava de trabalhar com crianças. Quando fui selecionada para trabalhar na escola da Eletronorte aqui em Tucuruí vim sabendo que teria que dar o meu sangue ou seria dispensada, então procurei me adequar às normas da empresa que eram bastante rígidas no setor educacional. O professor tinha tempo integral para a escola, mas também tinha que mostrar serviço de qualidade. Então foi o que procurei fazer. Quando comecei a trabalhar com os alunos especiais a cobrança triplicou, a exigência era cada vez maior porque não existia esse atendimento em Tucuruí, me acostumei com o trabalho e depois que veio o atendimento integrado com os alunos do ensino regular não senti grandes diferenças. O que sempre achei era que as mães dos alunos que não eram especiais é que davam trabalho, pois queriam ficar vigiando os filhos na escola, mas os meninos mesmo não, eles conviviam muito bem, brigavam, brincavam, corriam, todos juntos. Para mim, sinceramente, não achei que o trabalho mudou. Nós continuamos atendendo a todos do mesmo jeito. (P.2)*

*Professora, olhe, eu acompanho esses meninos desde de lá da vila e já faz bastante tempo. Justiça seja feita esse pessoal tem muita paciência e gosta do trabalho que faz. A gente não pode negar que algumas professoras não deram certo. Não tinham jeito pro trabalho, mas as que ficaram é porque gostam do trabalho. A senhora pergunta se a chegada dos meninos que não são especiais mudou alguma coisa na escola. Sabe, até mudou porque veio muito menino. O trabalho aumentou, a escola era perigosa, cheia de escadinha, era menino caindo, se batendo, indo pro hospital. Mas foi só no início, depois eles aprenderam a viver na escola. As professoras sempre estavam atentas. Porque a senhora sabe, menino é bicho danado, passa cinza no olho da gente. Depois a gente mudou pr'a Tucuruí e os perigos acabaram. (M.1)*

Nas falas acima, é possível perceber que o acúmulo de experiências dos professores que atuavam com educação especial foi, sem dúvida, um fator determinante para que o processo não fracassasse. Porém temos de considerar que a abertura da escola especial para o atendimento dos alunos do ensino regular

ocorreu de forma gradativa. Primeiro foram duas turmas de alfabetização, alunos na faixa etária de cinco, seis anos cujo processo de socialização é bastante dinâmico. A partir do segundo ano, o processo foi sendo ampliado para mais uma série até chegar à quarta série. Essa forma de inclusão gradativa possibilitou tanto aos professores quanto aos alunos e funcionários vivenciar sistematicamente cada etapa do processo e poder corrigir e replanejar os possíveis entraves.

Para os alunos com necessidades educacionais especiais, foi uma experiência ímpar, pois eles que estavam habituados a conviver com pessoas cujos problemas eram semelhantes, passaram a trocar experiências variadas e conviver com outros colegas trocando conhecimentos e enriquecendo a convivência sócio-cultural.

A transformação da escola especial em escola aberta ao atendimento de todos os alunos, incluindo crianças oriundas do ensino regular, foi uma atitude planejada, discutida, pensada, organizada, porém, tendo como suporte apenas a vontade de querer mudar. Os profissionais que atuavam na escola especial assistiam, passivamente, ao seu trabalho desvalorizado, e a cada ano a possibilidade de retornar ou integrar alunos especiais no ensino regular parecia ficar mais distante. Era necessária, portanto, uma mudança urgente e a abertura da escola especial foi, naquele momento, a melhor alternativa. Os estudos sobre o processo de inclusão ocorreram mais adiante quando o Brasil começou a estabelecer parcerias e tomar decisões sobre a Política de Inclusão.

A experiência já ultrapassou quinze anos e a cada ano, novas alternativas são viabilizadas, novas dificuldades precisam ser enfrentadas, novas barreiras são transpostas, porém a coragem de lutar pelo processo de inclusão se torna mais impregnada na determinação dos profissionais que trabalham na escola há vários anos ou daqueles que integram a equipe a cada ano letivo. Viver o processo de inclusão de forma inversa é mais que um desafio; é o “acreditar e agir” na ação educativa rumo a uma educação de qualidade para todos. Eu, particularmente, durante o período em que acompanhei o trabalho da escola, posso afirmar que esse desejo é revitalizado no dia-a-dia da Escola Odinéa consubstanciado através de sua prática pedagógica e do compromisso assumido por seus profissionais, conforme será explicitado no próximo capítulo.